

porã
duba

Jornal da PUC - 13/11/87 - nº 133

CAMPANHA SALARIAL

Professores e funcionários
rejeitam a base salarial
proposta pela reitoria

PAG. 3

*Curiosidades
contam histórias
da PUC*

Um porão, uma pedra de
mármore, uma horta
comunitária, uma árvore
plantada pelo DCE na
década de 50: pequenas
coisas que contam um
pouco da história da PUC.
Pág. 8

*Atualização
busca novos canais
de negociação*

Assembléia universitária
decide retomar a
divulgação da
atualização por setores,
e discutir a direção a ser
seguida pelo movimento.
Págs. 4 e 5

Poucas

Boas

Professores da PUC estagiam na Itália

Quatro professores da PUC foram selecionados para o projeto "Intercâmbio de Docentes Universitários entre Brasil e Itália": Silvia Maria Manfredi, Cleisa Moreno Maffei Rosa, Hamilton José B. de Faria e Benedito José de Carvalho Filho.

A informação é do Escritório de Projetos e Convênios, explicando que se candidataram oito professores. Segundo o EPC, apesar de, inicialmente, o MLAL (Movimento Laico para a América Latina) ter definido dois professores, a PUC conseguiu ampliar, dobrar o número.

Estes professores deverão cumprir um programa de estágio na Itália, no período de 15 de janeiro a 15 de março de 1988, com as despesas de viagem e estadia subsidiadas pelo MLAL e sem prejuízo nos vencimentos pela PUC. Eles se comprometeram a apresentar relatório técnico, bem como realizar seminários na PUC sobre as áreas Educação e Sindicato e Saúde e Movimentos Sociais.

Convênios internacionais
O Escritório de Projetos e Convênios desenvolve uma série de convênios entre a PUC e universidades e institutos estrangeiros nas

áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Dos últimos três anos, foram estabelecidos quatorze convênios e contratos destinados a professores e alunos, tendo como objetivo desde o intercâmbio de professores e alunos ao apoio à pesquisas. Eles abrangem o Movimento Laico para a América Latina (Roma); Consejo Nacional de la Educacion Superior (Managua); Instituto de Relaciones Latino-Americanas (IRLA-Montevideo); Universidad de la Cidade de Nova York; Westfalischen Wilhelms Universität (Muenster, Alemanha); Centrumvoor Studie em Documentatie Van Latinjins Amerika (Cedia-Holanda); Institute Catholique de Lille (Paris); Facultad Humanidades y Educación (Caracas); Katolishe Universitaet Eichstaett (KUE, República Federal da Alemanha); Amabassade de France au Brésil; Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa; Universidade Pedagógica Nacional (Cidade do México); Université Laval (Québec, Canadá); Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS, Lyon, França).

Acidente no Prédio Novo

No dia 27 de outubro, por volta das 10h45, Pedro Paulo Otaviano, aluno do curso de Ciências Contábeis e Célia de Souza, do curso de Língua e Literatura Portuguesa sofreram um acidente na passagem do Prédio Novo para a rampa da Monte Alegre. Segundo Pedro, a porta de aço caiu, atingindo sua cabeça e o braço de Célia. Os ferimentos não apresentaram gravi-

dade, apesar do sangramento.

Pedro não comunicou o acidente a nenhum funcionário portanto nenhuma providência foi tomada. Segundo Reinaldo Fondello, assistente de serviços administrativos, ele deveria ter informado o funcionário mais próximo ou o Serviço de Segurança do Trabalho, que atende na Sala 17-A do Prédio Velho.

Assistência médica

A PUC rompeu o convênio de assistência médica com o Inamps. A partir de agora, professores e funcionários poderão utilizar esse serviço com anotação devida em carteira profissional pela CRH. A medida foi tomada conjuntamente pela Vice-Reitoria Comunitária e Coordenadoria de Recursos Humanos.

O Serviço Médico da PUC continuará atendendo na sala S. 14 do Prédio Velho, ramal 234 e as in-

formações sobre convênio opcional com a Intermédica São Camilo ou Unimed de São Paulo poderão ser obtidas no CRH.

Professores e funcionários que não se interessarem em permanecer vinculados a uma dessas empresas deverão se manifestar à CRH para oficializar a situação, resguardados o atendimento médico pelo Inamps e pelo Serviço Médico da PUC.

Amin na PUC

O Centro Acadêmico Leão XIII vai promover, no próximo dia 20, às 20 horas, no auditório 239, um debate sobre Conjuntura Nacional, com a presença do ex-gover-

nador de Santa Catarina, Esperião Amin. O debate é aberto à participação de toda a comunidade e não será cobrada taxa de inscrição.

Solidariedade à Nicarágua

A Campanha de Solidariedade à Nicarágua tem postos de recolhimento para doações, entre outras coisas, de agulhas, linha de costura, botões para roupas, lápis e

borracha. A campanha vai até 25 de novembro. Na PUC, procurar Udson Fonseca, terceiro ano de Economia, noturno, sala 119, tel. 455-5844, horário comercial.

Conheça

CREDIÁRIO
SARAIVA

LIVROS UNIVERSITÁRIOS

agora em até 5 pagamentos

SEM JUROS E SEM ACRÉSCIMO

livraria
SARAIVA

A mais completa da história

LOJAS E PONTOS DE VENDA:

CENTRO - Rua José Bonifácio, 203
Rua São Bento, 196
Praça da Sé, 423

HIGIENÓPOLIS - Rua Maria Antonia, 328

OMEQ - Av. Candido Xavier Almeida Souza, 200
Mogi das Cruzes - Fone: 469-0481BRAZ CUBAS DIREITO - Rua Francisco Franco, 133
Mogi das CruzesBRAZ CUBAS CAMPUS - Av. Francisco Rodrigues Filho, 1233
Mogi das CruzesPUC - Rua Ministro de Godoy, 1029
Fone: 864 4149 Direto

OSASCO - Faculdade de Direito - Rua Narciso Sturlini, 883

ITU - Faculdade de Direito - Av. Tiradentes s. n.º

SÃO JUDAS - Rua Taquari, 546 - Mooca

FMU I - Rua Taguá, 150 - Fone: 279 3711

FMU II - Av. Liberdade, 654

ATENDEMOS PELO REEMBOLSO POSTAL

Cartas

*Quando uma porta se fecha,
outra precisa ser aberta*

A estagnação é uma quimera, uma ilusão. Fazê-la por algum setor, seria péssimo para o todo.

Mas há outro caminho: a proposta de "pública não estatal" ou Fundação Mista deve merecer agora todas as atenções. Não será tempo de explorar sua viabilidade? Pensamos que a Reitoria poderá movimentar-se nesse sentido. Importa não desanimar.

Crise é sinal de crescimento muitas vezes. Agüentá-la, condição para vencer, é prova de inteligência.

A situação de crise é muito rica. Não constitui uma tragédia na vida, mas sim sua pujança. A PUC/SP vem crescendo. Não é perda do chão debaixo dos pés, mas desafio para evoluir.

Saudemos com entusiasmo as novas perspectivas que vão se abrindo.

Dra. Célia C. Pereira Leite
(Madre Olívia)
Prof.ª de Pós-Graduação

Conselho Editorial
Professores — Jornalistas: Gabriel Prioli (reg. MTB 361 — Mat. Sind. 4969)
Laurindo Lalo Leal Filho (reg. MTB 12.100 — Mat. Sind. 300) — Valdir Mengardo (MTB 12.347 — Mat. Sind. 6.707).

Redação
Editora: Elizabeth Lorenzotti (reg. MTB. 10.716 — Mat. Sind. 4.183)
Editor Assistente: Angelo Pavini Jr.
Repórteres: Angélica Ricco Gomes, Rubem Roschel, Yara Bartijoto.
Fotografia: Samuel dos Santos Chaves
Ilustração: Marco Carillo, Sérgio Sambí Collo
Diagramação: Humberto Scavinsky de Alencar.
Publicidade: Roberto Coelho Barreiro Filho (reg. MTB 3.038)

Produção: Eliane Maria Barbosa
Porã'duba circula quinzenalmente com distribuição gratuita e é editado sob a responsabilidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Rua Monte Alegre, 984, São Paulo, Cep. 05014, Tel.: (011) 263-0211, r. 227 ou 864-1012. Porã'duba em tupi: notícia

A difícil negociação salarial

Não é uma aula de matemática. Você está apenas conhecendo as negociações entre Reitoria, professores e funcionários.

A questão dos 11,11%, referentes ao repouso remunerado (R.S.R.) pago desde o ano passado a professores e funcionários, e o que mais tem dificultado as negociações salariais. a Reitoria entende que esse valor deve ser considerado como um "abono", pago de março a outubro de 87, e que portanto não deve constar do valor sobre o qual vai ser aplicado o índice do reajuste acertado nas negociações (63,59%). Funcionários e professores, por sua vez, afirmam que essa porcentagem do R.S.R. está incluída no piso salarial de suas categorias, e que seu desconto significaria um arrocho salarial.

As negociações terminaram, na última terça-feira, dia 10 de novembro, com a proposta da Reitoria de manter o desconto dos

11,11% agora, e conceder um abono, em março de 88, com o mesmo índice. Professores e funcionários recusaram essa proposta, e deveriam negociar, ainda esta semana, a transferência do desconto para o índice de reajuste, de forma que os salários não sofressem alteração. A próxima assembleia dos professores será na segunda-feira, assim como a dos funcionários, que realizam, no mesmo dia, uma paralisação de 24 horas. Ambas possuem indicativo de greve. Os professores já paralisaram suas atividades duas vezes, nos dias cinco e dez de novembro. Os funcionários, apenas no dia cinco. Na última assembleia dos professores foi escolhido um comando de greve formado por representantes de todos os setores da universidade, que deverá analisar as atitudes a



Funcionários votam não ao desconto.

serem tomadas no caso de não haver um acordo com a Reitoria. Entre elas estão, além do indicativo de greve, a retenção de notas, e a suspensão das matrículas para o próximo semestre. Será

confeccionado um caderno (cartilha) com a finalidade de esclarecer de maneira didática as questões de base salarial, índices e negociações, apresentando também, segundo a assembleia,

um "histórico das manobras da Reitoria", que deverá ser distribuído à comunidade.

Veja nos quadros abaixo as propostas em negociação.

Fique por dentro da negociação

Proposta da Reitoria

1

Consolidação do pagamento do repouso semanal remunerado (R.S.R.) aos professores (5,25 semana ao mês).

2

A diferença salarial do R.S.R (16,667%) de março a agosto deste ano será considerada como abono.

3

Aplicar 63,59% de reajuste salarial (a título de antecipação do reajuste da data-base de março/88) sobre a "base salarial" que corresponde ao salário de agosto dividido por 1,1111. Em março de 88, aplicar o reajuste sobre o salário de fevereiro, correspondente à inflação do período (março/87 — março/88), descontando as antecipações já concedidas. Sobre esse resultado, aplicar 11,11% de acréscimo.

4

Antecipação do resíduo salarial (18,4%)

5

Pagamento das diferenças de setembro e outubro do reajuste nos meses de janeiro e fevereiro.

6

Pagamento dos atrasados do repouso salarial remunerado de 1986 em dez parcelas, a partir de fevereiro de 1988.

Deliberação dos professores

1

Aceitam

2

Os 16,667% não podem ser considerados "abono", e sim incorporados ao salário. Não deve haver desconto de 11,11% no piso salarial.

3

O índice do reajuste deixa de ser o do Dieese (69,27%) e passa a ser o IPC (Índice de Preços ao Consumidor), de 63,59%, proposto pela Reitoria. Não deve ser feita a divisão do salário de agosto por 1,1111. Aceitam negociar um índice menor, desde que não haja o desconto de 11,11% no salário-base.

4

Aceitam e consideram-no desnecessário.

5

As diferenças de setembro e outubro devem ser pagas em novembro e dezembro.

6

Os atrasados devem ser pagos em duas vezes, nas folhas de janeiro e fevereiro, com a devida correção monetária.

— Assembleia no dia 16 de novembro, segunda-feira, com indicativo de greve.

Deliberação dos funcionários

1

Apoio aos professores

2

Os 16,667% devem ser incorporados ao salário. Não aceitam o desconto de 11,11%.

3

Substituição do índice do Dieese pelo da Reitoria. Aceitam negociar, inclusive, um índice abaixo do IPC, desde que não seja alterado o salário-base. Não deve ser feita a divisão do salário de agosto por 1,1111, antes da aplicação do reajuste.

4

Aceitam

5

Pagamento da diferença salarial de setembro e outubro em janeiro e fevereiro, com a devida correção.

6

Parcelamento dos atrasados em apenas duas vezes.

— Assembleia no dia 16 de novembro, segunda-feira, com indicativo de greve para o dia 17, terça-feira.

Nagle propõe “embrião” de estadualização

A proposta do Reitor da Unesp: absorver uma parte dos professores do Pós para iniciar o processo. Sem prazo.

Na última Assembléia Geral Universitária, realizada dia 27 de outubro, a Comissão de Estadualização informou à comunidade que, durante as negociações, o Reitor da UNESP propôs a absorção de parte dos professores da Universidade, para a formação de um núcleo que estruturaria cursos para, a médio e longo prazo, absorver o restante dos professores, alunos e funcionários. Seria um “embrião” da estadualização.

A proposta, discutida na Assembléia, repercutiu como um não à incorporação ou estadualização global e imediata da Universidade. A absorção proposta se iniciaria com alguns professores do curso de Pós-Graduação e sem prazo determinado, o que iria contra

a proposta inicial da comunidade. Isso levou à avaliação de que o processo de estadualização como um todo ou por etapas, mas com compromisso, implicaria numa maior mobilização da comunidade. Foi também muito criticada a posição da Reitoria com relação ao processo, principalmente no seu último comunicado, onde ela tentaria deslegitimar por ofício qualquer gestão da comissão, e defenderia a via política que perdeu no plebiscito.

Sobre a participação da comunidade, a própria comissão reconheceu que a Assembléia estava mal divulgada, e que havia poucas pessoas participando, apesar de alguns setores como o Pós, a Faculdade de Ciências Sociais e a direção

do Centro de Humanas terem discutido e se manifestado sobre a estadualização.

Nova Assembléia

No final, foram aprovadas propostas de retomada e divulgação da questão da estadualização nos setores, discutindo também a direção a ser seguida pelo movimento, o que incluiria a busca de outros canais de negociação além da UNESP. Também foi aprovada a formação de um grupo para a organização da próxima Assembléia Geral, marcada para o dia 18 de novembro, na sala 239, às 19 horas. A Comissão de Negociação, que trabalhou junto ao professor Nagle, será transformada em um comitê mais amplo, apesar de seus membros terem deixa-

do claro que continuam abertos os canais de negociação com a UNESP. No encerramento, foi lida uma carta aberta em resposta às declarações da Reitoria, que publicamos na íntegra nesta página.

Enquanto isso, no último dia 28 de outubro, a faculdade de Ciências Sociais também elaborou um documento à Comunidade, onde reitera seu apoio à proposta de estadualização, defende a legitimidade da Comissão e pede maiores informações sobre as negociações. Pede também informações concretas, por parte da UNESP, sobre os planos de expansão daquela universidade, e deixa claro que não concorda com a espera do resultado da Assembléia Nacional Constituinte sobre a destina-

ção de verbas para o ensino particular, para solucionar a crise da PUC. O documento termina solicitando aos responsáveis institucionais pela Universidade que assumam posições “à altura das graves questões postas pela crise em que todos nós vivemos”.

A direção do Centro de Humanas também se manifestou sobre a Estadualização, em comunicado de 29 de outubro. Nele está a posição tomada durante a penúltima reunião do Consun, de manter a aprovação da proposta de estadualização e sugerir a formação de uma comissão de negociação externa ao Conselho, devido ao peso daquele órgão no processo decisório da Universidade.

Carta Aberta à Reitoria

Esta é a íntegra da carta elaborada na Assembléia Geral Universitária do dia 27 de outubro, em resposta às últimas declarações da Reitoria à respeito da estadualização

Ao tomar conhecimento do Comunicado enviado pela Reitoria à “Comunidade Universitária” e do ofício endereçado ao Reitor da UNESP, consideramos indispensável a nossa manifestação para que sejam esclarecidos alguns fatos que vêm marcando as discussões dessa Universidade quanto à sua estadualização.

No segundo semestre de 1986 atingimos um ponto crítico, o que nos levou a admitir a urgência de uma avaliação em profundidade sobre os destinos dessa Universidade. Para isso foi tentada a organização de um Congresso que reuniria todos os seus segmentos e setores para efetuar essa avaliação. O Congresso não se efetivou, mas encerramos o ano de 86 com a certeza que cabia a todos refletir sobre os problemas que afetam essa Universidade e para eles buscar soluções.

Apesar da consternação causada pelas declarações de D. Evaristo Arns à época, quando solicitado a se pronunciar sobre esses problemas, guardamos vivamente na memória que apesar de não nos ter apresentado qualquer indicativo de solução, o grão-

chanceler, naquela oportunidade, devolveu-nos a responsabilidade de assumir os rumos dessa Universidade, porque somos sua “comunidade” e por ser ela da “comunidade”.

Não realizamos o Congresso, mas atravessamos o ano de 1987 enfrentando os nossos problemas da maneira mais séria que já havíamos feito e refletindo sobre respostas profundas e de amplo alcance.

Ganhamos clareza, em debates com pequenos grupos ou em plenárias, que a crise da Universidade expressa os limites de uma instituição privada que, mesmo tendo alimentado perspectivas de avanço acadêmico, científico e social, estrangulou-se pela sua condição mesma de Universidade privada.

Fomos obrigados a admitir que há anos vínhamos sendo constrangidos a não realizar avanços acadêmicos; que vínhamos sofrendo perdas sucessivas e tivemos que nos confrontar com a efetiva deterioração pedagógica de nossos cursos. Porque nenhuma Universidade avança séria e competentemente se sofre estrangulamentos que vão do aca-

nhamento do espaço físico ao pauperismo dos equipamentos, passando pela mercantilização dos contratos de trabalho. Porque nenhuma Universidade pode ignorar, sob pena de se sujeitar à mediocrização, a perda sucessiva de funcionários responsáveis e competentes e de docentes meritariamente reconhecidos no âmbito científico e acadêmico.

“ os proponentes da Estadualização fomentaram a análise da crise como sendo de alcance estrutural”

Por isso, ao longo do 1º semestre desse ano, centramos nossos esforços refletindo sobre as saídas estruturais para a crise. Todos os segmentos dessa Universidade se dispuseram a discutir as saídas. Mas não foram só os proponentes da Estadualização que fomentaram a análise da crise como sendo de alcance estrutural. A própria Reitoria admitiu essa

análise, mesmo trabalhando com outros pressupostos e mesmo chegando a outras conclusões quanto às soluções; daí que elaborou e oficializou para votação a proposta da Fundação Mista.

Essa proposta implicava na reordenação jurídica da atual mantenedora, pela incorporação de representantes da “comunidade” e do Estado. A proposta da Fundação Mista foi apresentada como sendo uma saída de alcance estrutural, cujas potencialidades para reordenação interna da Universidade eram superiores às da proposta de Estadualização.

Ainda assim, seus proponentes afirmavam reiteradamente que eram defensores do ensino público e gratuito; afirmaram, também, reiteradamente que a proposição de Fundação Mista se baseava no suposto da sua maior viabilidade, bem como na premissa da garantia mais imediata que oferecia à manutenção das conquistas democráticas efetuadas pela PUC-SP em comparação à proposta de Estadualização.

E quando inquirido, o Sr. Reitor afirmou mais de uma

vez que, dados seus supostos e suas premissas, trabalharia pela viabilização da proposta de Estadualização, caso esta fosse a vontade da maioria.

A proposta da Fundação Mista perdeu para a proposta de Estadualização da PUC-SP. E perdeu porque não convenceu quanto ao seu caráter de saída estrutural não convenceu quanto às suas potencialidades de reorganização acadêmica e não convenceu porque amplos setores da Universidade lutam pelo ensino público e gratuito, pela destinação de verbas públicas para o ensino público, porque sabem que é essa via de democratização da educação e de realização de um projeto acadêmico consistente e relevante.

“Acreditamos que a promessa feita no processo que antecedeu ao plebiscito seria cumprida”

Quando o Conselho Universitário homologou a decisão plebiscitária e concordou em

compor com a Comissão eleita em Assembléia Universitária, tendo o Sr. Reitor na Presidência, acreditamos ter atingido um consenso básico com a administração central da Universidade e acreditamos, por isso mesmo, que a promessa feita no processo que antecedeu ao plebiscito seria cumprida porque, efetivamente, os defensores da proposta derrotada comungavam dos mesmos princípios, porque efetivamente respeitavam as regras democráticas, e porque os responsáveis pela direção Universitária se revelavam, efetivamente, compromissados com os seus pares que os elegeram.

O primeiro fruto desse consenso foi colhido na reunião realizada com o Sr. Reitor na Unesp e a Comissão responsável pelas tratativas pertinentes à estadualização, presidida pelo Sr. Reitor da PUC-SP.

Dessa reunião saíram todos com a clareza das dificuldades a serem enfrentadas, mas com a certeza que dada a franqueza, o grau de concordância e respeito mútuo assim como a disposição de somar esforços expressos pelos dois reitores, essas dificuldades seriam ultrapassadas.

Nessa reunião, os presentes manifestaram concordância sobre a necessidade de se explicitar à Fundação São Paulo que um campo de negociação deveria ser criado para que as vontades políticas e os interesses em jogo fossem respeitados. E os dois reitores admitiram que, sendo a saída da Fundação Mista precária e de curto alcance para dar conta dos problemas financeiros e administrativos da PUC-SP, à Fundação São Paulo deveria ser apresentada a proposta de uma via negociada para a realização da decisão plebiscitária, via essa que respeitasse o anseio da maioria mas ao mesmo tempo deixasse a questão da sobrevivência jurídica e acadêmica da PUC-SP a quem competia decidir.

"Fim da etapa idílica da luta pela estadualização"

A reunião foi encerrada com o compromisso das duas partes de trocarem as informações necessárias aos estudos que embasariam as próximas tratativas e de começarem a entabular as conversações que facilitariam as negociações entre Unesp e Fundação São Paulo.

Essa reunião foi a culminân-

cia e o fim da etapa idílica da luta pela estadualização. A partir desse momento, uma nova etapa foi aberta, na qual nossas impressões positivas se desfizeram, o consenso básico se diluiu e o caráter anti-democrático da administração central da PUC-SP veio à luz. E essa nova etapa foi inaugurada com a declaração de D. Evaristo Arns no **Porã'duba** que circulou ao início de agosto. Em seu pronunciamento, o grão-chanceler rejeita qualquer hipótese de negociação; critica a "comunidade" da

fatos, a Comissão indicada pela Assembléia Universitária, da qual continuaram participando alguns membros do Consun, seguiu seus trabalhos. Até porque diversos setores da Univesidade cobraram da Comissão agilização desses trabalhos; diversos setores implementaram debates internos sobre os impasses enfrentados desde o plebiscito, e muitos deles chegaram a uma decisão consensual da sua disposição de fazer a transferência para o Estado. Alguns setores dispuseram informações prelimina-

expressar nosso veemente protesto e repúdio ao comportamento da Reitoria.

Esta agiu de forma irresponsável com os membros dessa Universidade ao participar dos debates e do plebiscito sobre as saídas estruturais para a PUC/SP, ao apresentar uma proposta de reordenação jurídica da mantenedora, ao afirmar sua intenção de trabalhar favoravelmente pela proposta vencedora; ao dar um primeiro passo na direção das negociações com a UNESP e depois dar as costas a esses compro-

mar a Comissão indicada pela Assembléia Universitária para exercer essa função.

3) Retira-se das conversações com o Reitor da UNESP, mal havia começado delas participar, para depois cartorialmente comunicar-se com ele, cobrando indebitamente sua proposta para a PUC/SP, quando nas conversações com o Reitor da UNESP encaminhadas pela Comissão, o princípio firmado vem sendo o de se construir uma unidade de interesses entre nós que queremos desenvolver um projeto acadêmico no âmbito público e o da UNESP de ter um campus na Capital.

"À universidade foi vetado o encaminhamento da estadualização como um todo institucional e jurídico"

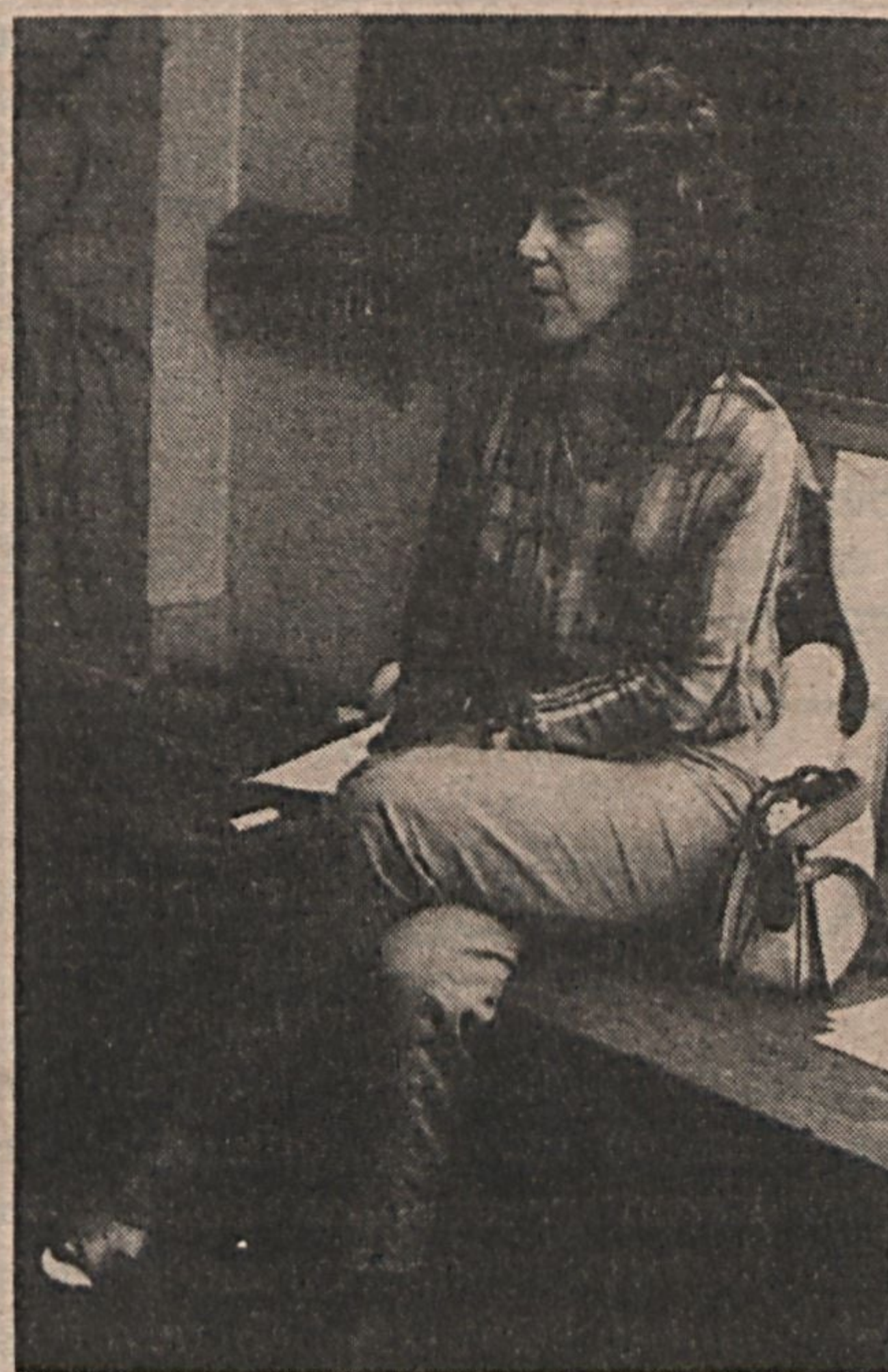
A Assembléia Univesitária repudia a tentativa da Reitoria de querer interceptar as iniciativas que visam a estadualização da PUC/SP; de querer castrar a autonomia da Universidade frente à mantenedora e, principalmente, a dos seus quadros em relação ao seu contratante, de querer interferir no diálogo entre a chamada "comunidade" da PUC/SP e o Reitor da UNESP quando as duas partes gozam de liberdade para fazê-lo e o estão realizando nos estreitos limites da ética e do respeito à propriedade privada da Igreja, já que não estão discutindo o destino jurídico da PUC/SP e muito menos o destino do patrimônio da Fundação São Paulo.

Por fim, ao se preocupar com a possível "partilha de setores", a Reitoria deveria admitir sua responsabilidade nos obstáculos que criou para a manutenção da discussão global no interior da Universidade e para a construção de uma saída institucional negociada.

Nenhum setor quer a partilha, a Comissão não vem trabalhando nessa direção, mas à Universidade foi vetado o encaminhamento da estadualização da PUC/SP como um todo institucional e jurídico.

ASSEMBLÉIA
UNIVERSITÁRIA

27/10/81



Fotos: Samuel S. Chaves

Acima, Assembléia Universitária na sala P-77. À esq., a professora Miriam Warde, do Pós-Graduação, que participou das negociações com a Unesp. À dir., Sonia Iglioni, secretária da Comissão de Estadualização, coordenando as discussões.

PUC-SP por decidir os rumos da Universidade, coisa que não lhe pertence; insinua uma proposta de reorganização e sugere que se ela se fizer menor até será bom.

Na seqüência, o sr. Reitor comunica ao Consun que está se retirando da Comissão; provoca esse Conselho para fazer o mesmo (o que não chega a ser decidido) e nega dispor os dados globais que haviam sido prometidos ao Reitor da Unesp.

Apesar do impacto provocado por esse conjunto de novos

res para que a Unesp fizesse estudos sobre a viabilidade financeira; alguns, por fim, já estão refletindo sobre o projeto acadêmico que querem desenvolver no âmbito público.

Essa etapa que se iniciou em agosto sofreu há poucos dias um novo impacto, o Comunicado que a Reitoria enviou à Comunidade Acadêmica e o ofício que endereçou ao Reitor da Unesp.

Esse novo acontecimento nos motiva a uma reação e nos obriga a mais do que prestar esclarecimentos nos obriga a,

missos diante do posicionamento do Grão-Chanceler.

Há sucessivas provas do descomprometimento da Reitoria com a decisão plebiscitária. Quais sejam:

1) Retira-se das articulações para viabilizar a estadualização e quer que os setores que optaram por esta via e a expressaram no plebiscito façam o mesmo e atestem o mesmo grau de incoerência e descomprometimento com as próprias decisões;

2) Tenta por ofício deslegiti-

Damy: uma voz a favor da CNEN

O coordenador da pós-graduação de Física fala sobre o acidente de Goiânia.

“A Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN — não tem culpa do incidente ocorrido em Goiânia”, afirma o coordenador de Pós-Graduação de Física, professor Marcelo Damy de S. Santos. A cápsula de Césio, pertencente a uma clínica radiológica, foi aberta em um ferro velho causando a contaminação de cerca de 250 pessoas, sendo que três delas morreram em virtude do alto índice de radiação. Outras continuam internadas no Hospital Naval Marcílio Dias, no Rio de Janeiro.

O professor Damy tem uma posição bastante peculiar com relação a este fato, divergindo, por exemplo, do físico e reitor da USP, José Goldemberg, que classificou como “homicídio culposo” o ocorrido em Goiânia. A justificativa do professor puquiano é baseada na legislação vigente, que classifica a CNEN como responsável pela autorização para o funcionamento inicial de qualquer instalação que utilize materiais nucleares, como isótopos radioativos, mas nada teria a ver com o seu abandono.

A legislação prevê que seja criado um órgão para fazer a fiscalização dos serviços que utilizam materiais radioativos. Segundo o professor Damy, “existe um decreto-lei de 1961 que determina que a responsabilidade pela fiscalização de aparelhos de Raio-X e fontes de isótopos como o Césio é da exclusiva responsabilidade do Ministério da Saúde.” Informou ainda que “segundo o Ministério da Saúde, esta responsabilidade é exclusivamente sua, por força de lei.” Para



Damy: “O Brasil pode ser auto-suficiente em energia nuclear.”

Marcelo Damy esta lei não vem sendo cumprida, “porque até hoje o Ministério nem ao menos criou o órgão responsável pela fiscalização.”

Elogios à CNEN

Com relação às constantes críticas que vêm sendo feitas pela grande imprensa, e por grande parte da comunidade científica, o professor afirma “tratar-se de má-fé ou ignorância.” Diz ser curioso que se acuse um órgão “alguns dias depois dele ter desenvolvido uma tecnologia das mais sofisticadas que existem no mundo — apenas em quatro países — colocando o Brasil junto aos países mais desenvolvidos no setor nuclear, a descoberta do enriquecimento do urânio.”

Damy elogiou também o trabalho que vem sendo executado pela CNEN, “demonstrando elevada competência do mais alto nível internacional pela capacidade de localizar rapidamente os focos de concentração radioativa e o exame de milhares de pessoas de áreas vizinhas aos focos, o que permitiu a identificação que a grande maioria havia sido apenas sujeita a doses de radiação pela sua passagem pelo local.”

Os problemas de contaminação ficaram restritos às pessoas que manusearam a fonte de Césio e distribuíram o pó deste material e mais aos locais onde as operações com o pó foram feitas. O professor diz que “ninguém tem o direito de apontar quem é o responsável, uma vez que existe uma Comissão Federal que está investigando o fato. Se foi o médico, ou se ele foi impedido de fazer a remoção da fonte, são

outros problemas. Não se pode antecipar ao julgamento da Comissão, seria uma irresponsabilidade...”

Futuro nuclear nacional

Com a recente descoberta do enriquecimento do urânio feita pelo Ipen — Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares — o Brasil poderá tornar-se uma potência mundial, segundo revela o professor Damy. “O comércio internacional de urânio enriquecido, no momento presente, ultrapassa a casa dos US\$ 70 bilhões por ano. Pela tecnologia desenvolvida pela CNEN, no Ipen, através do chamado ‘Programa Paralelo’, o Brasil tem condições de conquistar uma fatia considerável deste mercado.”

Damy profetiza um término

da produção de energias que estão sendo utilizadas atualmente, petróleo e fontes hidrelétricas, até o final do século, apontando como solução a energia atômica. Mostra-se contra o posicionamento do “Clube de Londres”, formado pelos Estados Unidos, União Soviética, França e Inglaterra, e mais os países associados, Canadá, Alemanha e Holanda, que impõe sanções aos demais países para que esses possam atingir um desenvolvimento atômico. Damy explica que existe um acordo internacional da não proliferação nuclear, “através do qual os países que não explodiram uma bomba até 1968 e que são considerados não nuclearizados assumem o compromisso de não desenvolverem as tecnologias para o enriquecimento do urânio e suas aplicações, a não ser que todas as instituições nucleares, desde as jazidas até os laboratórios de pesquisa e utilização sejam sujeitos ao controle permanente dessas nações, que inclusive passam a ter direito de aprovar ou não qualquer plano de utilização nuclear.”

Parece existir um medo mundial com relação a tudo que diga respeito a projetos atômicos. E é justificável, pois os acidentes nucleares vêm dia a dia acarretando mais vítimas. Three Miles Island, nos Estados Unidos, Tchernobyl, na União Soviética, ou o simples acidente de Goiânia, são fatos que devem ser levados em consideração. Um projeto nuclear tem que ser desenvolvido, mas é necessário que antes de mais nada seja muito bem pensado.

Cacs realiza Congresso

Várias propostas foram apresentadas durante o III Congresso do Cacs, realizado nos dias 26 e 29 de outubro e 3 de novembro. Os debates envolveram questões contundentes nos meios puquianos. Os temas debatidos passaram pelos movimentos sociais dos anos 80 e a participação político-cultural da juventude, as perspectivas para a PUC-SP no contexto da crise do ensino, e uma avaliação da autogestão no Cacs.

Marijane Lisboa, do Departamento de Sociologia afirma que “a PUC não é uma universidade católica”, e explica dizendo que “os católicos são uma minoria e não refletem na educação.” Foi apoiada pelo professor Otaviani Di Fiori,

do Departamento de Política, na questão dos católicos. Reclamou que estes não atuam mais como nos anos 30, “quando existia a ‘inteligentia’ católica, que foi submersa pelo marxismo e uma crise ideológica dentro do catolicismo.”

Várias teses foram apresentadas durante a avaliação do Cacs. Foi feita uma análise dos cinco anos de autogestão, levantados os seus prós e contras; uma reflexão sobre o processo de estadualização, de onde foram aprovados três itens apresentados: 1 — estadualização com autonomia universitária; 2 — estadualização integral, recusando qualquer forma de estadualização parcial; 3 — exigência de contato permanente da Comissão de

Estadualização com a comunidade. Foram apresentadas teses defendendo “uma visão universal dentro do sistema acadêmico, não se limitando ao formalismo e ao teorismo vigentes.” Também foram discutidos o conhecimento empírico, um resgate do pensamento intuitivo, o significado do conhecimento universitário, além da apresentação de uma análise da conjuntura nacional e internacional no âmbito da educação.

Muita roupa suja foi lavada entre a oposição à autogestão e a própria. Depois de lágrimas derramadas e pedidos de pesares, ficou acertada uma possível eleição, em consenso das partes, para o segundo semestre de 88.

Comissão vai discutir funcionamento do Consun

Uma comissão composta por quatro professores, um representante administrativo e um membro da Reitoria vai discutir o funcionamento do Conselho Universitário. A decisão foi tomada na última reunião do Consun, no dia 28 de outubro. Os professores são Jefferson Idelfonso, Américo de Paula e Silva, Paulo Resende e Pedro Cunha.

O mandato dos atuais conselheiros administrativos foi prorrogado até 30 de abril de 1988. Segundo explicação da Reitoria, os funcionários não foram convocados para esta última reunião, porque seu mandato já havia expirado.

Assim, como os funcionários não estavam presentes, enquanto conselheiros, a discussão do recurso contra a pena de repressão aplicada aos funcionários acabou sendo adiada para a próxima reunião. Também não há mais representação discente no Consun porque os alunos pediram demissão em julho.

A professora Ana Maria A. Saul fez uma análise sobre o tema: “Avaliação Institucional na PUC-SP”. Segundo ela, para se poder sair das avaliações técnico-burocráticas e alcançar uma qualidade política, é preciso definir que a Universidade é esta e a que ela se propõe.

DCE promete voltar

Abandonado há mais de dois anos, parece que finalmente o Diretório Central dos Estudantes da PUC terá uma nova direção, a ser eleita nos dias 11, 12 e 13. Para surpresa geral, a uma semana da data marcada, três chapas, reunindo representantes dos vários cursos da universidade, surgiram para disputar as eleições: "Educação Não Rima Com Lucro", "Com os Pés no Chão" e "Los Rampers".

A primeira chapa é composta por alunos que fizeram parte do comando de mobilização contra o aumento das mensalidades e da luta pela estadualização, no primeiro semestre. Durante as negociações, eles esbarravam numa questão institucional, pela falta de uma entidade que os representasse. "A necessidade de reativação do DCE surgiu daí", afirma Elário I. Kappke Jr., candidato.

Tanto a "Pés no Chão" como a "Educação", têm proposta de atuar junto à Comissão de Estadualização, divulgando seus trabalhos, de maneira a envolver mais os estudantes, mas os representantes desta última não concordam

com a encampação da maneira como foi proposta pela UNESP, pois entendem que aceitando os seus estatutos, a PUC poderia perder sua autonomia.

Faz parte do programa da "Pés no Chão" promover a atuação dos estudantes nos órgãos colegiados e na universidade como um todo, através da eleição de representantes de sala de aula; realizar o intercâmbio com os centros acadêmicos e fazer com que o aluno atue dentro do diretório. Os integrantes da chapa "Los Rampers" se propõem a incentivar a integração dos alunos, através da realização de assembleias e outras atividades, para que atuem frente aos problemas da universidade.

Em época de eleição, as propostas diferem muito pouco na forma. Depois fica só o conteúdo, que pode ou não ser posto em prática. Se vale a pena tentar mais uma vez, as urnas é que vão dizer.

Os eleitos já têm pela frente a primeira barreira a remover: a retomada da sede do DCE, transformada em depósito de produtos de limpeza, às vésperas das eleições.

Reforma Agrária em debate

A questão das ocupações de terras no interior de São Paulo e a Reforma Agrária foram os temas do debate na PUC, dia 27 de outubro, organizado pelo Cedag (Centro dos Estudos e Documentação Agrária) e Cacs (Centro Acadêmico de Ciências Sociais). Quatro acampados das regiões de Promissão e Mogi-Mirim, dois representantes do Movimento

dos Sem Terra de Sumaré e dois presidentes de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais relataram suas experiências e opiniões sobre a Reforma Agrária e um funcionário da Secretaria de Assuntos Fundiários completou a análise. Antes do debate ser aberto ao auditório, houve a apresentação do áudio visual "Reforma Agrária, uma luta popular".

Mais um roubo na PUC

A segurança da PUC continua sofrendo graves ataques. Dessa vez o ataque foi feito por três trombadinhas que na noite de domingo, 8 de novembro, roubaram do xerox do Centro Acadêmico de Ciências Sociais uma máquina de datilografia elétrica. Os ladrões entraram por uma janela que dá para o Pátio da Cruz, no Prédio Velho. A grade foi estourada utilizando-se um cano de placa da Zona Azul. Entraram também na loja de roupas do Cacs, de onde levaram várias camisetas. No dia seguinte a segurança encontrou uma porta de vidro arrombada, assim como a porta

da sala S 07, e uma grade de ferro do pátio da Cruz, no fundo do Cacs, arrancada.

A vigilância da PUC nos fins de semana fica a cargo da SPATE, uma empresa particular que mantém seis seguranças no campus. Um deles viu três menores saindo da Universidade com um estoque de camisetas. Perseguidos, eles pularam o portão da rua Bartira, atirando contra o segurança e deixando uma trilha de camisetas. Além do Cacs, os ladrões invadiram também a sala S 07 e tentaram arrombar a sala da Coordenadoria de Serviços Administrativos.

Uma homenagem aos 80 anos de Kubinsky

"Lúcido, esplêndido, um homem gentil, afável", foram as palavras usadas pelo professor Ramon Alcaraz ao se referir ao professor Luiz Kubinsky, nosso bibliotecário-chefe, durante a comemoração de seus oitenta anos completados no dia 30 de outubro.

Na tarde de quinta-feira, dia 5, no salão de festas do prédio nº 907 da rua Monte Alegre, o professor Kubinsky, ao lado da esposa, dona Zita, recebeu o abraço dos muitos amigos que conquistou durante os 37 anos de convivência. Entre seus contemporâneos, também homenageados — segundo o professor Antonio Pentead, organizador da recepção, porque são pessoas que fizeram a história da PUC — o professor Joaquim Alfredo da Fonseca, titular do Departamento de Geografia e decano da universidade. Ele lembra que a PUC nasceu de um grupo pioneiro, vindo da Faculdade de Filosofia de São Bento, do qual fazia parte, e da Faculdade Paulista de Direito. A São Bento, mantida pelos beneditinos, foi doada à PUC em 1946, ano de sua fundação e com ela veio a biblioteca de Filosofia. Em 1950, Kubinsky, recém-chegado da Europa, veio para organizá-la. "Somos testemunhos da competência, probidade e zelo do chefe bibliotecário e



Kubinsky, ao centro, cumprimentado pelos amigos

colega", completa o professor.

Simplicidade

Esse homem esguio, de ar solene e maneira gentis, que cruza anonimamente os espaços da universidade, esconde por trás da simplicidade toda a riqueza de seus oitenta anos de existência. Kubinsky diz que sua vida tem duas grandes partes: uma na Europa e a outra no Brasil.

Nascido em Szombathely, capital do condado de Vas, na Hungria, ele viveu as duas grandes guerras, formou-se

doutor em Direito pela Universidade Peter de Budapeste, onde foi também livre-docente, representou seu país no exterior, como funcionário do Ministério da Educação, onde foi chefe da Divisão de Ensino Superior, seu último cargo antes de se exilar.

"Era uma época muito conturbada na Europa e no mundo e eu tive de lutar muito para ter uma carreira. Eu poderia ter exercido cargos importantes, mas acho que fui mais feliz aqui, como simples bibliotecário", declarou Kubinsky.

PAPEL & CIA UMA NOVA PAPELARIA PRA VOCÊ!

Canetas, lápis, cartões, papéis de presente, de carta, pra escrever e criar entre outras coisas. Tudo que você precisa no C.A. EDUCAÇÃO.

DATILOGRAFIA IBM

Teses, Currículos, Trabalhos Escolares, Relatórios, Livros, Mala Direta, Monografias, Composição, Arte Final, Xerox e Redação. Retiramos e entregamos no local.

Rapidez e Perfeição.

Terezinha - Fone: 949-4076

MAGNUS

Alisamento com creme de abacate e óleo vegetal; fazemos também tratamento antiquesada com PRODUTOS NATURA e limpeza de pele.

— Especialista em CORTE BLACK
— Entrelaçamento
— Maquiagem definitiva
PROMOÇÃO

de 2ª a 5ª:

corte Cz\$ 120,00

manicure Cz\$ 60,00

Fornecemos produtos

NATURA

tel.: 263-9050

Rua Cardoso de Almeida, 1524

piccolo
spazio

Chegou Piccolo Spazio a casa brasileira com sotaque italiano!

No Piccolo Spazio é assim mesmo, na hora do almoço, self service, com comida caseira, bem brasileira!

E quando começa a novela, às 6, muda tudo! Piccolo Spazio vira uma Pizzaria com mais de 30 tipos diferentes de pizzas para você escolher. Bem italiano!

Comece a frequentar o Piccolo Spazio. O que faltava em Perdizes não falta mais.

Do trivial brasileiro à verdadeira pizza napolitana.

Entregamos à domicilio.

Rua João Ramalho, 301 - Tel.: 872-5078 - Perdizes.

piccolo
spazio

Aberto de 2ª à 2ª.

APRESENTE
ESTE E GANHE 10%

Pequenas coisas que contam histórias

Quem vem para a PUC estudar ou trabalhar, nem sempre percebe pequenas coisas que contam um pouco da história da Universidade. A "aranha" de Sorocaba, que era um antigo projeto de um ginásio coberto, a horta comunitária do seu Zé, porteiro do campus Marquês de Paranaguá, ou algumas placas comemorativas perdidas nos jardins da rampa da Monte Alegre são exemplos disto.

Encostada à Capela Coração Imaculado de Maria, que fica ao lado do Prédio Velho

do campus Monte Alegre, existe uma pedra de mármore, que foi carregada em 1961 pelos presidentes da UNE e DCE, José Dirceu e Luís Travassos, e ainda está no mesmo lugar. Esta pedra havia sido colocada no jardim em frente à Reitoria, em comemoração à realização de um Ciclo de Estudos sobre a integração do Nordeste, de iniciativa do C.A. 22 de agosto.

Outro lugar interessante é o porão do Prédio Velho, cujo teto foi pintado à mão na época da construção da Catedral da Sé. Antigamente, neste pré-

dio, havia o Convento de Santa Tereza, que foi inaugurado em 1923, onde as freiras carmelitas viviam enclausuradas. Já o hall da Reitoria era a Casa da Porteira e o Parlatório, onde as freiras, por detrás de uma janela de treliça, recebiam a visita de seus familiares. Elas assistiam missa numa sala do Convento, ligada até hoje à Capela, e onde fica atualmente o departamento de PFTHC (Problemas Filosóficos e Teológicos do Homem Contemporâneo).

Angélica Ricco Gomes



Este ipê, que se encontra no jardim em frente à Reitoria, foi plantado pelo Diretório Central dos Estudantes em 1956, em comemoração ao decênio da PUC.



Perto da Capela, há também uma árvore paubrasil, outra homenagem, desta vez aos 35 anos da Universidade.



Estas placas comemorativas se encontram nos jardins da rampa, do lado direito de quem sobe para a rua Monte Alegre.

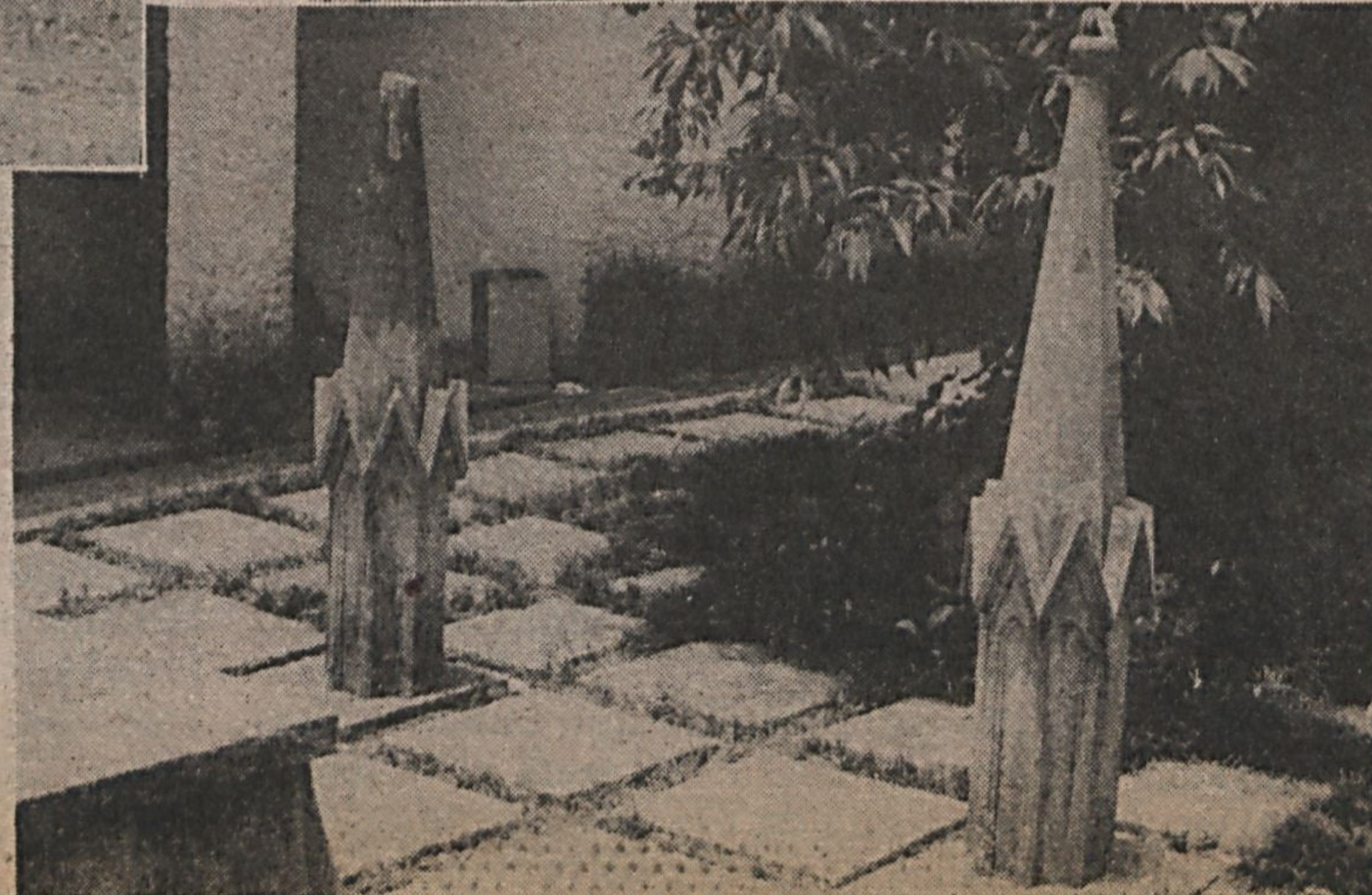


O gaúcho José Predebon é porteiro do campus Marquês de Paranaguá desde 1971. Foi dele a idéia de se fazer uma horta comunitária na PUC. Hoje, existe uma em frente à portaria e outra nos fundos da faculdade, perto do dormitório das freiras carmelitas. "Eu fui criado na lavoura, sentia saudades", explica. Cenoura, almeirão, rúcula, alface, pêssegos ou abacates são cultivados sem qualquer adubo artificial. "Os alunos às vezes arrancam algumas cenouras. Mas, no geral, há muita gente que admira esta horta. Acho que todo mundo deveria ter uma em casa. O ar da terra faz bem para o corpo, e trabalhar com ela também distrai a cabeça".

Estas pontas, cimentadas na Ferradura do campus Monte Alegre, iam ser usadas na Catedral da Sé. Isto não aconteceu porque o então arcebispo de São Paulo, dom Carlos Carmelo Motta, querendo que a catedral ficasse pronta no IV centenário da cidade, 1954, apressou as obras e algumas peças sobraram. O canteiro de obras da Catedral funcionava onde hoje estão instaladas as oficinas da PUC.



O papa Pio XI, que concedeu o título de Pontifícia à Universidade Católica em 25 de janeiro de 1947.



Fotos de Samuel S. Chaves